

Os Institutos Federais no processo de expansão do ensino superior no Brasil

The process of expansion in higher education of Federal Institutes in Brazil

Adrielly Aparecida de Oliveira*
Márcio Pereira da Silva Filho**
Giselle Abreu de Oliveira***
Rosenilde Nogueira Paniago****

Resumo

Este estudo objetiva analisar se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) colaborou para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente no âmbito da graduação presencial. Metodologicamente, foram analisados dados do Censo da Educação Superior no período de 2006 a 2012. Os resultados apontam um crescimento no número de Instituições de Ensino Superior (IES) em regiões interioranas após a instituição dos IF, já que, em sua maioria, estão localizados nestas regiões. Acerca do número de cursos e matrículas também se observa crescimento, majoritariamente no interior, com destaque para o número de matrículas que cresceu 50,99% nas regiões interioranas, contra 29,71% nas capitais. Em relação ao número de vagas no sistema de ensino superior federal, ressalta-se que aumentaram mais de 96%. Por fim, aponta-se um crescimento contínuo e significativo no número de vagas e matrículas no ensino superior a partir da criação dos IF. De 2009 a 2012, o número de vagas ofertadas e de matrículas nos IF cresceram, respectivamente, 88,04% e 78,94%. Logo, considera-se que os IF contribuíram para a expansão do ensino superior público no Brasil, em especial no interior, o que corrobora para a democratização do acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Ensino superior. Expansão do ensino superior. Interiorização do ensino superior. Institutos federais.

* Especialista em Pedagogia Universitária pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Especialista em Educação a Distância pela FAEL; Mestranda em Educação para o Ensino de Ciências e Matemática pelo IFG - Campus Jataí; Pesquisa sobre Formação de Professores, especificamente sobre a formação do professor pesquisador; E-mail: adrielly-aparecida2010@hotmail.com

** Licenciado em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) - Campus Rio Verde, com período sanduíche na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTIG) do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) em Portugal; Estudante dos cursos: técnico em Química e bacharelado em Administração no IF Goiano - Campus Rio Verde e da especialização em Pedagogia Universitária na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); E-mail: mfenhenharyar@gmail.com

*** Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia; Doutoranda em Educação (Linha de História e Historiografia da Educação) pela Universidade Federal de Uberlândia; Pedagoga na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em Uberaba-MG; Docente (bolsista) do Curso de Especialização em Pedagogia Universitária, da UFTM; E-mail: giselle.oliveira@ufm.edu.br

**** Possui pós-doutorado e doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Minho; Professora do Instituto Federal Goiano; Coordenadora institucional do Residência Pedagógica. Líder do grupo Educação do IF Goiano; membro do grupo Investigação da Universidade Federal de Rondonópolis; E-mail: rosenilde.paniago@ifgoiano.edu.br

Abstract

This research aims to analyze the process of expansion in higher education of federal institutes in Brazil, from 2006 to 2012, especially in the context of face-to-face graduation. Methodologically, data from the Census of Higher Education from 2006 to 2012 were analyzed. The results show the growth in the number of Higher Education Institutions in the country towns, because of the creation of Federal Institutes that are practically in these regions. About the number of courses and enrollment, we can see that they grown in the country towns. The number of enrollments grew 50,99% in the country towns and 29,71% in capital cities. About the number of vacancies, they grew 96%. Finally, there has been a continuous and significant growth in the number of vacancies and enrollments in higher education since the creation of the federal institutes. From 2006 to 2012, the number of vacancies and enrollments in Federal Institutes grew by 88.04% and 78.94%, respectively. So, the Federal Institutes contributed to the expansion of public higher education in Brazil, especially in the country towns, and to the democratization of access to higher education.

Keywords: Higher education. Expansion of higher education. Higher education in the country towns. Federal Institutes.

Introdução

O presente artigo discute os resultados de uma pesquisa que abrangeu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), e suas contribuições para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Sabe-se que os IF são instituições complexas, que ofertam cursos técnicos, cursos de formação inicial e continuada, cursos de nível médio, e cursos superiores, porém, para desenvolvimento da pesquisa, optou-se por analisar apenas aspectos relacionados ao ensino superior, especificamente, aos cursos de graduação ofertados de forma presencial. Nesta direção, considera-se que a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil foi favorecida pela criação dos IF, principalmente, em virtude da interiorização destes institutos.

Historicamente, de acordo com Saviani (2010), o acesso ao ensino superior no Brasil destinava-se apenas a uma pequena parcela da população, a elite brasileira. Neste sentido, Oliveira (2017) contribui ao sinalizar que as instituições de ensino superior se localizavam predominantemente nas grandes capitais.

O ensino superior teve uma importante expansão a partir de 1990, principalmente por meio da iniciativa privada, fazendo com que o processo de expansão da educação superior no Brasil corrobora-se para a polarização da educação superior, sendo uma educação para a elite, de caráter propedêutico, voltada para a formação de intelectuais, enquanto para as camadas sociais mais pobres a proposta visava a uma educação de caráter técnico, para suprir as demandas do mercado de trabalho (MALANGE, LIMA, BARBOSA, 2014).

Ressalta-se que um processo de expansão do ensino superior no Brasil ocorreu anteriormente, nos anos de 1960, durante o período da ditadura militar. Pressionado pelo “problema dos excedentes”¹, a partir da reforma do ensino superior efetivada pela Lei nº 540/1968, o governo passou a intensificar os investimentos na iniciativa privada, a fim de que ela pudesse absorver parte da demanda de candidatos aos cursos de graduação (MARTINS,

¹Em 1960, havia 29 mil estudantes sem vagas no ensino superior, mesmo tendo sido aprovados no processo de ingresso. No ano de 1969, esse número foi elevado para 162 mil (MARTINS, 2009).

2009). Por outro lado, as instituições públicas foram agigantadas, com vistas a se tornarem centros de pesquisa mais modernos, contando com financiamentos de órgãos internacionais e nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As vagas nestas universidades públicas, no entanto, estavam voltadas para um seleto grupo de alunos oriundos das elites, com o objetivo de impedir a massificação das universidades federais. Assim, acentuou-se a discrepância entre o ensino ministrado nas instituições particulares, criadas com objetivo de formar profissionais para as demandas do mercado de trabalho, e as instituições públicas, onde se esperava formar a intelectualidade brasileira. As primeiras alinhavam-se a teorias tayloristas para administração e funcionavam como empresas educacionais, enquanto as segundas estavam mais ligadas ao desenvolvimento intelectual e científico (GHIRALDELLI JR, 2009).

Daí a divergência, até mesmo, entre as carreiras de docentes do ensino superior público e do privado. Ressalta-se que a discussão entre ensino público e o ensino privado já estava em voga na década anterior, 1950, quando se pensava a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que foi aprovada em 1961. No entanto, esses debates foram cerceados pela ditadura militar, o que permitiu a expansão do ensino privado sem grandes oposições.

Ademais, Dias-Sobrinho (2013) traça diferenças entre os conceitos de educação como bem público e educação como mercadoria. Na visão do autor, a educação pública, em tese, contempla valores éticos e morais na perspectiva da equidade e da igualdade, enquanto a educação como mercadoria, também em tese, presente em parte significativa dos cursos ofertados em instituições privadas, tem o foco no lucro e na construção de uma sociedade marcada pela competitividade e pelo individualismo.

Ainda no sentido da expansão do ensino superior, Barros (2015) pontua que desde 2004 o número de vagas ofertadas em cursos de graduação pela iniciativa privada ultrapassa o número de concluintes do ensino médio. Ou seja, não faltam simplesmente vagas no ensino superior, faltam vagas no ensino superior público, ocasionando a falta de condições de acesso a todos.

Para além, Catani e Oliveira (2007), ao citarem a Constituição Federal de 1988 (CF/88), sinalizam o compromisso do Estado na garantia da educação superior pública de qualidade. No artigo 208, parágrafo V, da referida CF, fica estabelecido que o Estado deve garantir: “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988). Do mesmo modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/1996) também menciona a garantia da educação superior pública em seu artigo 4º, parágrafo V (BRASIL, 1996).

Assim, sendo a educação superior muito importante para o desenvolvimento social e humano, tal qual para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, considera-se importante discutir o acesso a este nível de ensino no Brasil, buscando compreender os mecanismos que contribuem para a sua democratização, bem como seus avanços e suas limitações. Nesta direção, a pesquisa busca responder à seguinte questão: A criação dos IF corroborou para a democratização do acesso à educação superior no Brasil? E, ainda, a localização destas instituições contribuiu para a descentralização da educação superior?

Por fim, ressalta-se que, além da questão do acesso ao ensino superior, há ainda fatores importantes relacionados à permanência dos estudantes depois de ingressarem nele,

contudo, este trabalho se propõe a contribuir com estudos relacionados à questão do acesso, ficando as discussões sobre a permanência para pesquisas posteriores. É importante frisar, ainda, que a presente pesquisa não intenta esgotar o tema, cabendo sempre outras análises e olhares para a mesma problemática.

A educação superior no Brasil: alguns marcos históricos

De acordo com Saviani (2010), os anos de 1950 e 1960 foram fortemente marcados pela federalização das Instituições de Ensino Superior (IES) e por movimentos estudantis que reivindicam mais vagas nas universidades públicas, gerando o referido “problema dos excedentes” a ser tratado pelo governo da ditadura militar, especialmente, por meio da expansão do ensino privado. O aumento no número de vagas se fazia necessário, principalmente, por conta do êxodo rural-urbano e da urbanização que se intensificaram naquele período, sendo resultado, também, do crescimento da industrialização. As cidades, sobretudo as do Centro-Sul (Rio de Janeiro - São Paulo - Belo Horizonte), atraíam as populações do campo castigadas pelas secas, más condições de trabalho, escassez de demanda de mão de obra (a máquina começava a fazer o trabalho de muitos homens), dentre outros aspectos. Essas pessoas viam nos centros urbanos oportunidades de trabalho nas indústrias, além de maior acesso a direitos sociais, em especial, à educação (CUNHA, 1983).

Com esta crescente industrialização e urbanização, acontecia um deslocamento nas formas de ascensão social. Se antes as pessoas lutavam para abrir um pequeno negócio que pudesse crescer e garantir a subsistência da família, naquele contexto, com a impossibilidade de concorrer com as grandes indústrias, muitos pequenos empreendimentos faliram. As famílias passaram a enxergar os estudos como uma oportunidade de verem seus filhos melhorarem de vida, ocupando vagas de trabalho nas indústrias e na burocracia estatal. Sobre isso, Cunha (1983) destaca que a burocracia ganhava importância tanto nas indústrias quanto nos órgãos governamentais, à medida que crescia o papel do planejamento, da avaliação e do controle das atividades. Assim, a pressão da sociedade pelo aumento das vagas no ensino superior carregava o anseio de muitos por uma oportunidade de melhorar ou manter certo padrão de vida, sendo que, essa pressão foi um dos fatores que contribuiu para a queda do então presidente da República, João Goulart e, conseqüentemente, corroborou com o golpe militar.

Durante o período militar, os movimentos estudantis se intensificaram, chegando a haver, em 1968, a tomada de diversas universidades por estudantes que implementavam cursos paralelos com autonomia administrativa e pedagógica, já que não concordavam, dentre outros aspectos, com os currículos propostos (GHIRALDELLI JR, 2009). Assim, era inevitável uma reforma universitária, já que a força policial já não podia conter os movimentos estudantis. Neste contexto, foi aprovada a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que ficou conhecida como a lei da reforma universitária, possuindo diversos pontos contraditórios, especialmente em relação à concessão de autonomia às universidades e à vinculação mais direta da universidade com o mercado, atendendo aos interesses neoliberais. Na prática, a reforma universitária de 1968 significou a expansão de instituições de ensino isoladas e privadas (SAVIANI, 2010).

De acordo com Dourado (2011), com o fim da ditadura militar no Brasil, em 1985, e a retomada do estado democrático de direito, foi promulgada a Constituição Federal de 1988,

ressaltando a autonomia concedida às universidades. Contraditoriamente, Costa-Filho (2016), acerca da Constituição Federal/88, destaca:

[...] a entrada do projeto neoliberal de (contra)reforma do Estado, que preconizou a redução dos direitos e da função do Estado na esfera social, além da desregulamentação do mercado comercial e financeiro, da privatização do setor público e valorização do setor privado (COSTA-FILHO, 2016, p. 26).

Os anos de 1990 deram continuidade ao projeto neoliberal e à expansão do ensino superior privado. Sobre isso, Catani e Oliveira (2007) trazem que a LDBEN/1996 representa uma reestruturação do ensino superior no Brasil, pois alterou significativamente a identidade das IES, focalizando a educação enquanto mercadoria e facilitando, de forma legal, questões relacionadas à iniciativa privada.

Já no ano de 2001, houve a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência para o período de 2001 a 2011. Acerca do ensino superior, o PNE evidenciou a necessidade de políticas de expansão, destacou a ausência da ampliação de recursos a nível federal para este nível de ensino e o foco no processo de avaliação das instituições superiores. Tais elementos contribuíram significativamente para o processo de consolidação do ensino superior privado no Brasil (DOURADO, 2011).

Ainda sobre o processo de expansão do ensino superior, Barros (2015) pontua algumas iniciativas governamentais que foram implementadas pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva nos anos de seu governo (2003 a 2010), tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Para o autor, esses programas vêm exercendo uma importante influência no processo de expansão do ensino superior ao ampliar as vagas para acesso e as condições de permanência dos estudantes, representando, assim, grandes ganhos sociais.

Neste cenário, como mais uma medida de expansão do ensino superior, em 2007, os IF tiveram início, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Inicialmente, este PDE construído em 2007 possuía um prazo de quinze anos para se efetivar em completude, entretanto, acabou por ser descontinuado antes do prazo. De acordo com o PDE, os IF:

[...] constituiriam a materialização do amadurecimento da Rede Federal, que estaria passando por um processo de intensa expansão, verticalização, interiorização, articulação com o ensino regular e interação com o mundo do trabalho (TAVARES, 2014, p. 142).

Contudo, os IF foram legalmente instituídos somente no final de 2008, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. De acordo com a referida lei, os IF ofertam cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos de nível superior e educação de jovens e adultos, tendo seus cursos voltados para a realidade social da região.

Contextualização da criação dos Institutos Federais e sua caracterização

A história dos IF começa muito antes da referida lei de sua criação, já que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica sofreu algumas reorganizações até a atual estrutura. Segundo Otranto (2010), as alterações mais impactantes iniciaram-se em 1959, quando as Escolas Industriais e Técnicas transformaram-se em autarquias, sendo denominadas de Escolas Técnicas Federais. Em 1978, em virtude do crescimento e da evolução da demanda por vagas em cursos de formação profissional, a Escola Técnica Federal de Minas Gerais, do Paraná e a Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro tornaram-se Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), um grande passo no processo de configuração.

Antes da criação dos IF, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possuía um total de 103 instituições, segmentadas em 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFET, 32 Escolas Vinculadas, 1 Universidade Tecnológica e 1 Escola Técnica. No CEFET, havia um total de 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) (OTRANTO, 2010).

Em conformidade com Tavares (2014), o embrião dos IF surgiu em 2007, por meio do já mencionado PDE, que foi ponto de partida para diversas ações e programas de expansão e melhoria da educação brasileira desenvolvidas no governo Lula. A intenção do plano era demonstrar o compromisso do governo federal com a retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio do aumento de vagas, inclusive em cursos superiores, e pela consolidação do ensino federal, que passaria por um processo de crescimento, verticalização e interiorização com a criação dos IF (BRASIL, 2007).

Isto posto, Otranto (2010) informa que as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram reorganizadas e reconfiguradas em IF, passando a ofertar o ensino profissional de nível médio técnico e o ensino superior.

Assim, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de dezembro do mesmo ano, o então presidente à época, Luiz Inácio Lula da Silva, criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tal lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no sistema federal de ensino, constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) de Minas Gerais e Rio de Janeiro; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

Otranto (2010) destaca que a criação dos IF tinha por finalidade ofertar uma educação profissional, científica e tecnológica que atendesse a determinados níveis e modalidades de ensino, incentivando a integração do aluno junto à instituição, bem como a verticalização da educação, uma vez que os IF atenderiam desde a educação básica até a pós-graduação. Portanto, com a Lei nº 11.892/2008, foram instituídas 38 unidades espalhadas pelo Brasil e diversas unidades avançadas, que apresentam uma estrutura diferenciada, pois a sua criação ocorreu também por meio da agregação de outras instituições, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão (SILVA, 2014).

De acordo com Silva (2014), os IF têm apresentando uma estrutura *multicampi* e têm interação direta com a região onde estão inseridos, visto que desempenham atividades nos seus contextos regionais, formando pessoas para atuarem nas diversas áreas da economia, com foco

no progresso socioeconômico local, regional e nacional. Assim sendo, os IF estabelecem espaços fundamentais para o crescimento regional, já que são instituições com a intenção de descentralização para os municípios interioranos.

Como os IF têm sua organização pedagógica verticalizada, eles propiciam ao corpo docente a possibilidade de atuarem nos diversos níveis de ensino ofertados, sendo que, desse modo, busca-se a superação das barreiras que separam os níveis de ensino. A organização pedagógica verticalizada representa a variedade de níveis de ensino, pois os IF ofertam cursos desde a educação básica até o nível superior (PACHECO, 2010).

Tavares (2014) acrescenta um ponto importante relacionado à caracterização dos IF, ressaltando que são equiparados às universidades, ou seja, as disposições legais e normativas que tratam das regulações, avaliações, supervisão, organização dos cursos superiores e outros são, de forma geral, as mesmas que regem as universidades.

A estrutura física dos IF, inicialmente, era de 38 institutos, com um total de 314 *campi* espalhados pelo país. Conforme dados referentes ao ano de 2019, obtidos na plataforma Nilo Peçanha, após mais de 10 anos decorridos de sua criação, a quantidade de institutos permanece em 38, porém, o número de *campi* subiu para 599, estes estão presentes em todos os estados. A região Centro-Oeste possui a menor quantidade, contando com 5 institutos e 65 *campi*, já a região Nordeste possui a maior quantidade, totalizando 11 institutos e 209 *campi*. A região Norte tem 73 *campi* ligados a 7 institutos, no outro hemisfério do país, a região Sul possui 6 institutos com 107 *campi*. Por fim, a região Sudeste possui 145 *campi* distribuídos em 9 institutos.

Quanto às vagas ofertadas nos IF, estas devem obedecer ao mínimo de 50% para cursos técnicos, desse modo, a maioria delas são de forma concomitante ao ensino médio. No que diz respeito às vagas no ensino superior, obrigatoriamente, 20% delas devem ser ofertadas para cursos de licenciatura, havendo a possibilidade de oferta de vagas para pós-graduações (PACHECO, 2010).

Percurso metodológico

A pesquisa possui natureza quanti-qualitativa, básica, de tipo descritiva. Nesse sentido, em concordância com Flick (2004) a pesquisa quanti-qualitativa envolve a relação entre natureza quantitativa e qualitativa. Para o autor, a combinação destas diferentes abordagens metodológicas complementa e enriquece a atividade de pesquisa, possibilitando, assim, que pontos obscuros sejam compreendidos. Souza e Kerbauy (2017) contribuem ao sinalizarem a necessidade de se integrar os pressupostos metodológicos da pesquisa quantitativa e qualitativa, rompendo com os dualismos presentes em cada abordagem metodológica.

Como estratégia de pesquisa utilizou-se a pesquisa documental e bibliográfica. Assim, segundo Gil (2002), as pesquisas documentais apresentam diversas vantagens, tais como o baixo custo e o fato de se constituírem em uma fonte estável em relação ao tempo.

Para coleta de dados, foram analisadas informações do Censo da Educação Superior, publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), focalizando o número de instituições públicas no Brasil, a quantidade de cursos de graduação presenciais ofertados nestas instituições, o número de vagas ofertadas no ensino superior público e presencial e a quantidade de matrículas nesses cursos.

O período temporal escolhido foi entre 2006 a 2012, visto que os IF tiveram seus primeiros dados registrados no ano de 2009, logo, o recorte foi de três anos antes da instauração dos IF (2006 a 2008) e três anos depois (2010 a 2012), a fim de verificar se de fato os IF corroboraram ou não para a democratização e descentralização do ensino superior público presencial no país. Ressalta-se que os IF foram oficialmente instituídos no final de 2008, ou seja, os reflexos da criação desses institutos são observados a partir de 2009.

Ademais, destaca-se que este estudo foi desenvolvido no âmbito do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Pedagogia Universitária ofertado pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sendo assim o período temporal foi delimitado considerando as condições de tempo para análise dos dados.

O processo de análise efetivou-se pela análise do conteúdo, considerando algumas etapas, conforme aponta Bardin (2019): Pré-análise - fase de seleção e exploração do material; Exploração do material – fase em os pesquisadores se debruçaram na análise dos dados de forma a codificar e decompô-los, e por fim, Tratamento dos dados - fase onde são efetuadas inferências sobre os dados de forma a torná-los significativos e relevantes para o estudo de maneira que consigam responder a questão de pesquisa e atingir os objetivos colocados.

O acesso ao ensino superior no Brasil: o que revelam os dados?

Inicialmente, destaca-se que de acordo com Oliveira (2017), o INEP considera como interior todas as cidades que não são capitais, ou seja, considera o interior de forma homogênea sem levar em consideração as diversidades sociais e econômicas presentes em cidades próximas ou afastadas das capitais. O presente estudo utiliza os dados do INEP para análise e discussão, compreende-se tal elemento como uma fragilidade do estudo, visto as limitações de se considerar todas as cidades que não são capitais de forma uniforme.

Na Tabela 1, é apresentada a quantidade de IES públicas no Brasil, distribuídas nas capitais e no interior, entre os anos de 2006 e 2012, bem como a porcentagem de cada uma em relação ao total de IES públicas no Brasil. Para além, destaca-se que foi apontada a taxa de crescimento nos períodos de 2006 a 2009, 2009 a 2012 e de 2006 a 2012. Ressalta-se, ainda, que a taxa de crescimento nos períodos mencionados é apontada em todas as tabelas presentes neste texto.

Tabela 1 – Número de IES públicas nas capitais e no interior do Brasil

Ano	Capital		Interior		Total de IES públicas
	Quantidade	Representatividade de	Quantidade	Representatividade de	
2006	82	33,06%	166	66,94%	248
2007	83	33,33%	166	66,67%	249
2008	82	34,75%	154	65,25%	236
2009	89	36,33%	156	63,67%	245
2010	91	32,73%	187	67,27%	278
2011	95	33,45%	189	66,55%	284
2012	96	31,58%	208	68,42%	304
Δ % [2006-2009]	8,54%	-	-6,02%	-	-1,21%
Δ % [2009-2012]	7,87%	-	33,33%	-	24,08%
Δ % [2006-2012]	17,07%	-	25,30%	-	22,58%

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior.

Verifica-se por meio da Tabela 1 que, entre 2006 e 2012, foram criadas 56 IES públicas no Brasil, deste total, 42 foram distribuídas em regiões interioranas e 14 nas capitais. Percebe-se, que a distribuição das IES públicas vem crescendo consideravelmente em cidades do interior, além disso, a partir de 2008, observa-se o crescimento contínuo de IES públicas no país.

Durante os anos que antecederam a inauguração dos IF, 2006 a 2009, percebe-se que não houve crescimento do número de IES públicas no Brasil, já que, durante o governo de FHC, muito marcado pelas políticas neoliberais, não houve investimentos significativos no ensino superior público. Inclusive, observa-se na Tabela 1 uma variação negativa em 1,21% no número de IES, tendo mais expressividade nas regiões interioranas, que teve uma variação de -6,02%. Enquanto isso, para as capitais, a variação foi de 8,54%, o que revela um deslocamento de IES das regiões interioranas para as capitais.

Na contramão, nos anos que sucederam a criação dos IF, percebe-se uma expansão no número de IES públicas localizadas em regiões do interior. No intervalo de 2009 a 2012, verifica-se que a expansão do número de IES foi maior nas cidades interioranas, com uma variação de 33,33%. Enquanto isso, ao olhar os dados referentes às capitais, percebe-se um crescimento abaixo do interior, 7,87%. Infere-se então um crescimento mais representativo de IES públicas em regiões interioranas após a criação dos IF.

Ao analisar a taxa de crescimento de IES públicas no país entre 2006 e 2012, período total analisado, percebe-se uma variação de 22,58%, sendo o maior crescimento no interior dos estados, que sofreu uma expansão de 25,30% contra 17,07% nas capitais.

Nesta perspectiva, Silva (2015) enfatiza que a criação dos IF contribuiu para a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, corroborando para sua democratização, em

razão destas instituições se estabelecerem, principalmente, em regiões interioranas e não nas capitais, habitualmente, grandes centros.

A Tabela 2 aborda o número de cursos de graduações presenciais em IES públicas nas capitais e no interior do Brasil por localidade, a representatividade deste número em relação ao total de cursos, e a taxa de crescimento em três diferentes períodos, sendo o período que antecedeu a instituição dos IF, o período que sucedeu a instituição dos IF e o período total em análise neste estudo.

Tabela 2 – Número de cursos de graduação presenciais em IES públicas nas capitais e no interior do Brasil

Ano	Capital		Interior		Total
	Quantidade	Representatividade	Quantidade	Representatividade	
2006	1.793	27,38%	4.756	72,62%	6.549
2007	1.861	28,21%	4.735	71,79%	6.596
2008	1.931	28,51%	4.841	71,49%	6.772
2009	2.742	33,33%	5.486	66,67%	8.228
2010	2.945	33,39%	5.876	66,61%	8.821
2011	3.005	32,08%	6.363	67,92%	9.368
2012	3.107	29,89%	7.287	70,11%	10.394
Δ % [2006- 2009]	53,93%	-	15,34%	-	25,64%
Δ % [2009- 2012]	13,31%	-	32,83%	-	26,32%
Δ % [2006- 2012]	73,28%	-	53,22%	-	58,71%

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior.

Ao analisar a representatividade do número de cursos de graduação presenciais em IES públicas nos anos em análise, verifica-se que este sempre foi maior no interior, com momentos de queda entre 2009 e 2011. Contudo, sem diferenças significativas ao longo de 2006 e 2012.

Para além, a taxa de crescimento do quantitativo de cursos possibilita análises importantes em relação ao processo de expansão do ensino superior: o número de cursos cresceu, entre 2006 e 2012, mais de 50% em relação ao quantitativo de vagas anterior à criação dos IF, o que pode demonstrar que a criação deles corroborou para o processo de expansão e interiorização do ensino superior público no país. A concentração de cursos em IES públicas do interior é nítida, tendo, no ano de 2012, mais de 70% do total de cursos de graduação presenciais em IES públicas no último ano analisado.

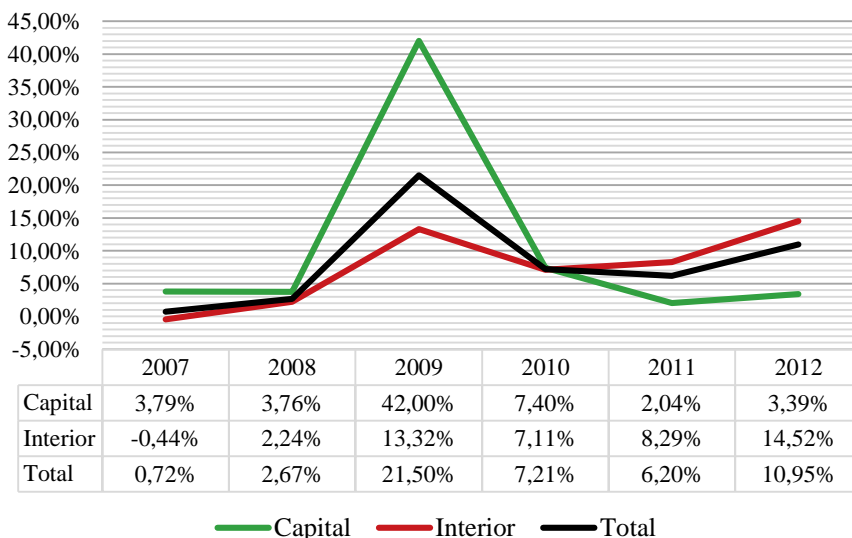
Nota-se que, entre 2006 e 2012, o número de cursos ofertados aumentou significativamente, sendo que, em 2012, havia 10 mil, ante um pouco mais de 6,5 mil em 2006. No que diz respeito ao crescimento do número de cursos ofertados em IES públicas, entre os anos de 2009 e 2012, o maior percentual esteve nas IES do interior, 32,83%. Enquanto isso, no mesmo período citado anteriormente, a quantidade de cursos na capital foi de 13,31%.

No período de 2006 a 2009, percebe-se um crescimento no número de cursos de graduação presenciais nas capitais de 53,93%, nitidamente maior do que nas regiões interioranas no mesmo período, que cresceram apenas 15,34%. Ao observar os anos que intercorrem após a instituição dos IF, 2009 a 2012, verifica-se uma inversão nesta situação, já que, neste período, o número de cursos de graduação presenciais cresceu 32,83% no interior, contra um crescimento de 13,31% nas grandes capitais. Infere-se que o impacto da criação dos IF na distribuição de cursos de graduação no país foi nítido. Contudo, ao se analisar o período total em recorte neste estudo, 2006 a 2012, observa-se um crescimento acentuado nas capitais.

Dentro deste contexto, Malange, Lima e Barbosa (2014) apontam que o processo de democratização do acesso ao ensino superior emerge a partir dos contextos regionais e sociais, possibilitando a inserção de uma variedade sociocultural presente em cursos de nível superior.

Para uma análise de crescimento anual do número de cursos de graduação presenciais em IES públicas nos anos em recorte, foi elaborado o gráfico na Figura 1 abaixo com a taxa de crescimento do número de cursos de graduação presenciais em IES públicas a cada ano.

Figura 1 – Taxa de crescimento do número de cursos de graduação presenciais em IES Públicas no Brasil



Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Ao observar a Figura 1 percebe-se um pico na taxa de crescimento, justamente em 2009, ano em que os cursos de graduação do IF foram efetivamente instituídos. Neste período verifica-se um acentuado crescimento de forma geral, tanto nas capitais, quanto no interior, entretanto o crescimento nas capitais é significativamente maior.

Destaca-se que, a partir de 2010 houve um crescimento relativamente maior do número de cursos de graduação presenciais localizados em regiões do interior, o que sinaliza que o processo de expansão e democratização do acesso ao ensino superior, especificamente

em relação à quantidade de cursos ofertados por meio dos IF vem acontecendo de forma gradativa ao longo dos anos. Verifica-se, então, que o processo de expansão e democratização não acontece de forma repentina, e sim de maneira gradativa, o que sinaliza a importância de manutenção de políticas públicas de acesso ao ensino superior.

Já quanto ao número de vagas, a Tabela 3 apresenta o número de vagas ofertadas em IES públicas, especificamente em cursos de graduação presenciais, nas faculdades federais, estaduais e municipais. Ademais, a tabela apresenta a porcentagem de vagas ofertadas no IF em relação ao total de vagas ofertadas pelo sistema federal.

Tabela 3 – Número de vagas ofertadas em IES públicas no Brasil em cursos de graduação presenciais por tipo de oferta

Ano	Federal				Estadual	Municipal	Total Geral
	Demais IES	IF	Total	Representatividade IF	Total	Total	
2006	144.445	-	144.445	-	125.871	60.789	331.105
2007	155.040	-	155.040	-	113.731	60.489	329.260
2008	169.502	-	169.502	-	116.285	58.251	344.038
2009	187.379	22.857	210.236	10,87%	126.926	56.720	393.882
2010	218.723	29.811	248.534	11,99%	138.318	58.485	445.337
2011	232.023	38.098	270.121	14,10%	152.121	62.701	484.943
2012	240.465	42.980	283.445	15,16%	174.415	81.788	539.648
Δ % [2006-2009]	29,72%	-	45,55%	-	0,84%	-6,69%	18,96%
Δ % [2009-2012]	28,33%	88,04 %	34,82%	-	37,41%	44,20%	37,01%
Δ % [2006-2012]	66,48%	-	96,23%	-	38,57%	34,54%	62,98%

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior.

Analisando a taxa de crescimento do número de vagas ofertadas no ensino público, entre 2009 e 2012, apresentado na Tabela 3 acima, percebe-se que o número de vagas ofertadas nos IF cresceu 88,04%, ou seja, no decorrer dos anos as vagas ofertadas nos IF foram se expandindo significativamente. Ademais, observa-se a representatividade que os IF possuem em relação ao sistema federal, abrangendo em 2012 mais de 15% das vagas destinadas aos cursos de graduação presenciais das instituições federais. Destaca-se também o crescimento contínuo da representatividade das vagas ofertadas no IF em relação ao número total de vagas do sistema federal.

Em contraponto, as vagas nas demais IES federais cresceram apenas 28,33% no mesmo período em questão. Por fim, as vagas nas faculdades estaduais e municipais cresceram 37,41% e 44,20%, respectivamente. Tal análise revela que os IF vêm recebendo importante investimento público, nos anos em recorte, o que possibilita o permanente crescimento do número de vagas ofertadas. Ressalta-se que, em 2019, último ano com dados disponíveis no site do INEP, as vagas ofertadas pelo IF em cursos de graduação presenciais representavam

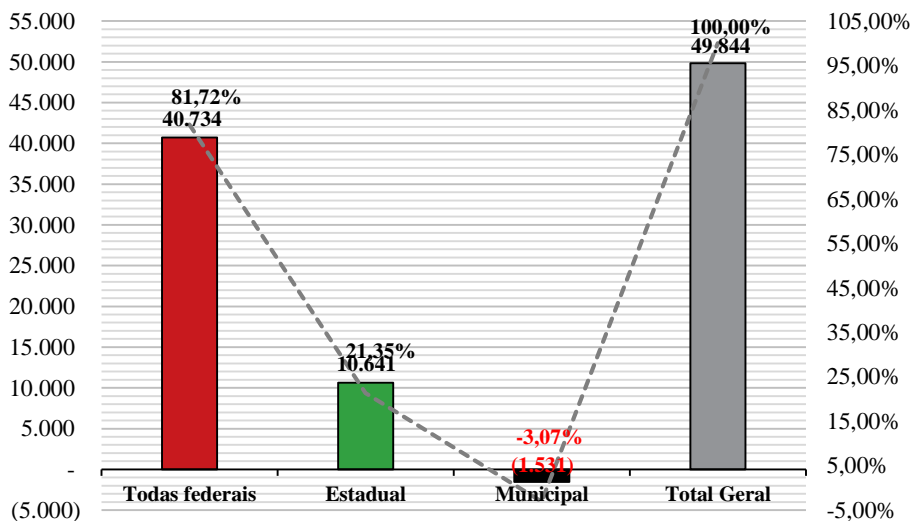
21,68% do total de vagas ofertadas por instituições federais. Ou seja, o IF continua ganhando espaço com o decorrer dos anos.

Observa-se, ainda, que, no período de 2006 a 2009, houve a menor taxa de crescimento do número de vagas em IES públicas dentre todos os três períodos analisados, indicando a relevância dos IF no processo de expansão do ensino superior. Ademais, é notório o crescimento significativo do sistema federal no período total em recorte, de 2006 a 2012, já que o crescimento foi de 66,48%, enquanto os sistemas estaduais e municipais cresceram, respectivamente, 38,57% e 34,54%.

Neste sentido, Costa-Filho (2016, p. 74) colabora ao sinalizar que, possibilitar o acesso de populações interioranas ao ensino superior público proporciona “um relevante papel social não apenas na formação profissional, mas na produção e socialização de conhecimentos”. Ou seja, o acesso ao ensino superior público propicia vivência universitária abrangendo aspectos sociais que extrapolam os indicadores econômicos.

Abaixo está posta a Figura 2, que apresenta de maneira mais clara a diferença do número de vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais em IES públicas, especificamente entre os anos de 2008 e 2009.

Figura 2 – Diferença no número de vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais em IES Públicas Federais no Brasil de 2008 para 2009

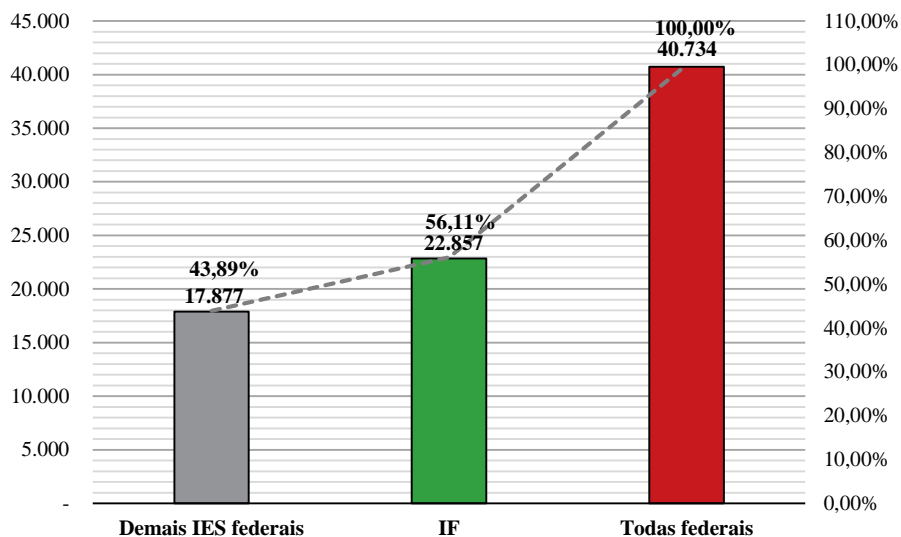


Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Na Figura 2, é possível verificar que no ano de 2009, início da oferta de vagas nos IF, o número total de vagas ofertadas no país em IES públicas era de 49.844 a mais que no ano de 2008, período no qual ainda não havia os IF. Desse total de vagas a mais, 81,72% foram ofertadas no sistema federal, no sistema estadual o percentual foi de 21,35, enquanto isso, nas IES municipais, o número de vagas foi menor em 2009 comparado a 2008, decaiu 3,07%.

Para uma análise específica do sistema federal, foi elaborado o gráfico exposto na Figura 3 representada abaixo, a presente figura destaca o aumento do número de vagas em IES públicas federais entre os anos de 2008 e 2009.

Figura 3 – Novas vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais em IES Públicas Federais no Brasil de 2008 para 2009



Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Conforme a Figura 3, das vagas ofertadas nas IES federais, mais da metade (56,11%) foram oferecidas nos IF, o que evidencia a importância que a criação dos IF teve no que diz respeito à democratização do acesso ao ensino superior no país. Analisando as Figuras 2 e 3, verifica-se que os IF ofertaram 45,86% do número total de vagas, reafirmando a sua importância.

A Tabela 4 explicita o número de matrículas no sistema público nos cursos de graduação presenciais por localização, bem como a representatividade, em forma de porcentagem, deste número em relação ao total de matrículas.

Tabela 4 – Número de matrículas em cursos de graduação presenciais em IES públicas nas capitais e no interior do Brasil

Ano	Capital		Interior		Total
	Quantidade	Representatividade	Quantidade	Representatividade	
2006	517.831	42,82%	691.473	57,18%	1.209.304
2007	523.270	42,17%	717.698	57,83%	1.240.968
2008	531.015	41,68%	742.950	58,32%	1.273.965
2009	586.151	43,38%	765.017	56,62%	1.351.168
2010	627.379	42,92%	834.317	57,08%	1.461.696
2011	655.223	41,07%	940.168	58,93%	1.595.391
2012	671.668	39,15%	1.044.084	60,85%	1.715.752
Δ % [2006- 2009]	13,19%	-	10,64%	-	11,73%
Δ % [2009- 2012]	2,55%	-	7,44%	-	5,35%
Δ % [2006- 2012]	29,71%	-	50,99%	-	41,88%

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior.

Ao se analisar a representatividade do número de matrículas realizadas em cursos de graduação presenciais no sistema público, percebe-se que este número, nos anos em recorte, sempre foi maior nas regiões interioranas. Entretanto, nos anos após a instituição dos IF a diferença entre o número de matrículas por localidade foi se intensificando, sendo que, em 2012, 60,85% do número de matrículas estavam acontecendo em regiões do interior.

Como mostra a Tabela 4, enquanto a taxa de matrícula do interior cresceu 50,99% de 2006 a 2012, a taxa de matrícula na capital cresceu 29,71%. Com essas informações, compreende-se que as vagas ofertadas nos IF contribuíram para a expansão e a interiorização do sistema federal de ensino, uma vez que o número de matrículas atingiu números expressivos. Porém, ressalta-se que, após a criação do IF, de 2009 a 2012, o número de matrículas cresceu apenas 7,44% no interior e 2,55% na capital.

A análise acima revela que o processo de expansão demanda tempo, ou seja, a implantação dos IF não acontece de forma imediata e pontual, revelando que há um processo de desenvolvimento gradativo e que as políticas públicas de expansão e democratização do acesso ao ensino superior precisam de continuidade.

Dando seguimento às análises, a Tabela 5 mostra o número de matrículas ofertadas em cursos de graduação presenciais de IES públicas no Brasil no sistema federal, estadual e municipal, bem como a porcentagem em relação ao total de matrículas nos IF em comparação com o total de matrículas no sistema federal.

Tabela 5 – Número de matrículas em cursos de graduação presenciais em IES públicas no Brasil por rede de oferta

Ano	Federal				Estadual	Municipal	Total Geral
	Demais IES	IF	Total	Representatividade IF	Total	Total	
2006	589.821	-	589.821	-	481.756	137.727	1.209.304
2007	615.542	-	615.542	-	482.814	142.612	1.240.968
2008	643.101	-	643.101	-	490.235	140.629	1.273.965
2009	698.114	54.733	752.847	7,27%	480.145	118.176	1.351.168
2010	765.362	68.572	833.934	8,22%	524.698	103.064	1.461.696
2011	844.069	83.017	927.086	8,95%	548.202	120.103	1.595.391
2012	887.263	97.939	985.202	9,94%	560.505	170.045	1.715.752
Δ % [2006-2009]	18,36%	-	27,64%	-	-0,33%	-14,20%	11,73%
Δ % [2009-2012]	27,09%	78,94 %	30,86%	-	16,74%	43,89%	26,98%
Δ % [2006-2012]	50,43%	-	67,03%	-	16,35%	23,47%	41,88%

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior.

Observando a Tabela 5 percebe-se um crescimento contínuo do número de matrículas no sistema federal em cursos de graduação presenciais nos anos em recorte. Por outro lado, apesar de na totalidade os sistemas estaduais e municipais também apresentarem um crescimento, estas instituições apresentam momentos de queda no número de matrículas entre 2008 e 2009, exatamente no ano de instituição dos IF. Percebe-se, então, entre 2008 e 2009, um deslocamento do número de matrículas do sistema estadual e municipal para o sistema federal de ensino.

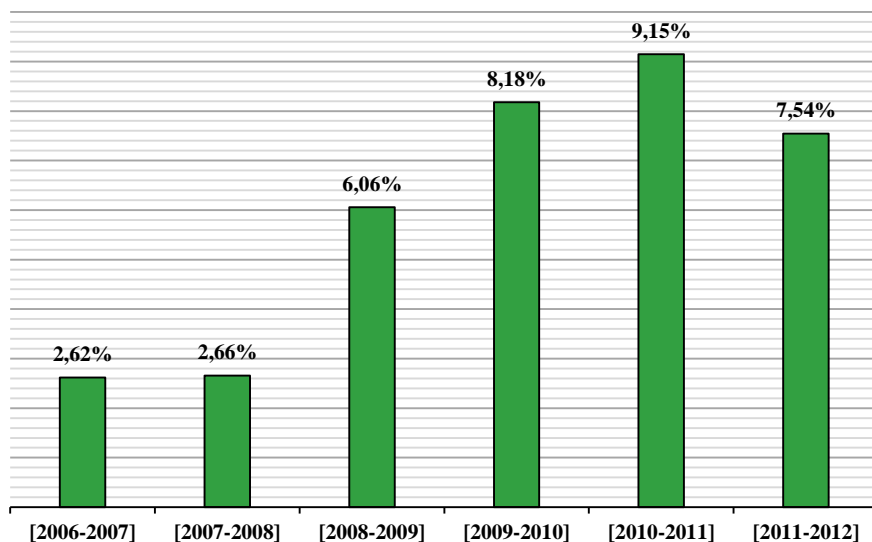
Ademais, percebe-se um crescimento significativamente maior no sistema federal entre 2006 e 2012, sendo que neste período o sistema federal cresceu 50,43% contra 16,35% de crescimento no sistema estadual e 23,47% no municipal. Por fim, destaca-se o crescimento do número de matrículas nos IF, já que, entre 2009 e 2012, o número de matrículas nestas IES cresceram 78,94%, sendo o maior crescimento dentre as IES públicas, tendo grande importância para o processo de democratização do ensino superior público no país.

Ao se comparar os dados da Tabela 4 e da Tabela 5, entre 2006 e 2012, percebe-se um crescimento expressivo no número de matrículas no interior e nos IF, o que, mais uma vez, sinaliza a contribuição dos IF no processo de interiorização do acesso ao ensino superior público.

Para além, a representatividade do número de matrículas no IF em relação ao sistema federal veio crescendo ao longo dos anos em recorte, já que, em 2009, 7,27% do número de matrículas do sistema federal estavam centradas no IF, enquanto em 2012 esse número passou para 9,94%. Tais dados revelam um crescimento representativo dos IF.

A Figura 4 apresenta a taxa de crescimento do número de matrículas em cursos de graduação presenciais em IES públicas a cada ano do período em análise neste texto, 2006 a 2012.

Figura 4 – Taxa de crescimento do número de matrículas em cursos de graduação presenciais em IES Públicas no Brasil



Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

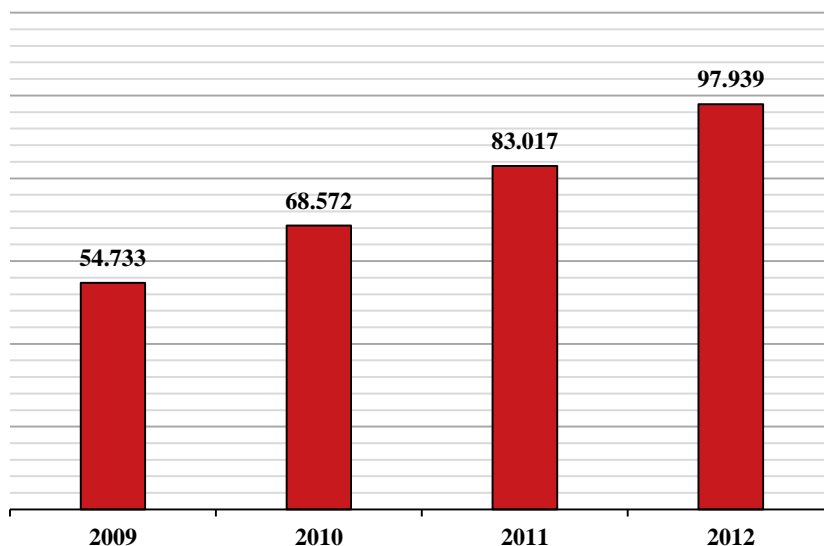
Na Figura 4, verifica-se que a taxa de matrículas em IES públicas no país cresceu no período analisado, exceto no ano de 2012, que decaiu em comparação ao ano anterior. Esse dado não significa que o número de matrículas não cresceu entre 2011 e 2012, como é possível observar na Tabela 5, significa que o crescimento não foi tão significativo comparado aos outros anos em análise neste estudo.

As causas dessa queda no crescimento não foram investigadas a fundo, no entanto, tem-se como hipótese que, durante esses anos, o cenário político na rede federal estava instável, o que ocasionou o Movimento Nacional de Paralisação dos Servidores Federais em meados de 2012. O movimento resultou em uma paralisação de pouco mais de três meses e foi aderido por quase a totalidade das instituições de ensino superior públicas federais. Participaram da paralisação todos os Institutos Federais e 57 das 59 universidades. A instabilidade do cenário pode ter causado certo receio nas pessoas em ingressarem nas instituições de ensino (G1, 2012).

Como apresentado acima, aconteceu um salto entre 2008 e 2009, precisamente no ano em que o IF foi instituído. Desse modo, como os IF têm a premissa de descentralização do ensino público, o crescimento expresso acima proporcionou acesso ao ensino superior em regiões interioranas, atendendo às populações mais afastadas das regiões metropolitanas, favorecendo e contribuindo com o local onde os IF foram inseridos.

Ademais, observa-se um crescimento expressivo no número de vagas, principalmente de 2010 para 2011, 2 anos após a implementação dos IF, ou seja, a instituição dos IF provocou um crescimento acelerado no número de vagas na rede pública. Sendo a localização dos IF predominante no interior, pode-se sinalizar a contribuição dos IF para a expansão da educação profissional, científica e tecnológica nessas regiões.

Figura 5 – Número de matrículas em cursos de graduação presenciais nos IF (2009-2012)



Fonte: Elaborada pelos autores.

Como já discutido anteriormente, o número de matrículas nos IF foi crescendo consideravelmente ao longo dos anos. Ao analisar o gráfico acima, constata-se essa informação de forma mais enfática com números absolutos, sendo possível observar que 43.206 novas matrículas foram realizadas entre 2009 e 2012 nos IF. De forma mais atual, em 2019, foram realizadas 201.025 matrículas no IF, sendo que, este número representa 16,02% do total de matrículas realizadas no sistema federal de educação superior.

Nesta perspectiva, Saviani (2010) defende o crescimento de IES públicas ao apontar:

as universidades públicas são responsáveis por cerca de 90% da ciência produzida no Brasil. Seus cursos possuem, pois, qualidade nitidamente superior aos das instituições particulares. Assim, a expansão das vagas nas universidades públicas, se acompanhada proporcionalmente da ampliação das instalações, das condições de trabalho e do número de docentes, acarretará a formação de um número maior de profissionais bem qualificados (SAVIANI, 2010, p. 15).

Considerações finais

Tendo em vista os dados apresentados, infere-se que os IF contribuíram e possibilitaram o ingresso à educação superior pelas populações que estavam afastadas dos grandes centros urbanos, possibilitando, assim, um processo de interiorização do ensino superior público no Brasil.

A expansão física, o número de vagas ofertadas e as matrículas efetivadas ao longo dos anos, após a instituição dos IF, sinalizam sua contribuição na expansão e na democratização do ensino superior, em especial, dos cursos de graduação, tendo potencial para alcançar um público antes distante dos grandes centros que, historicamente, concentravam as instituições superiores. Além disso, os dados sinalizam o crescimento contínuo dos IF no Brasil, tanto em relação ao número de cursos, quanto em relação à quantidade de vagas ofertadas e matriculadas efetivadas, evidenciando a notoriedade e o impacto dos IF para a população e também para o governo, visto que, tal crescimento demanda investimentos públicos.

Por fim, certos de que este estudo não pode esgotar a temática, indicam-se possibilidades de estudos futuros para melhor compreensão da problemática posta aqui: Quais políticas públicas estão sendo desenvolvidas no âmbito dos IF para a permanência dos estudantes? A expansão do ensino superior aconteceu em qual tipo de interior, nas cidades mais próximas ou mais afastadas das capitais? Existem diferenças entre os tipos de cursos de graduação ofertados no interior e nas capitais?

Além disso, pode-se analisar se houve expansão das matrículas nos IF após o período em recorte nesta pesquisa, o que pode contribuir para melhor compreensão da temática.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto. Lisboa: Edições 70, 2019.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: Limites e possibilidades. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública nº 002**. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. , DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A Educação Superior. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã; 2007, p. 1-13.

COSTA-FILHO, Evandro Soares. **Expansão e democratização da educação superior:** Uma avaliação dos impactos do REUNI no curso de Serviço Social da UFPB. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica:** o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

DIAS-SOBRINHO, José. Educação superior: Bem público, equidade e democratização. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126, 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBP**, v. 27, n. 1, p. 53-65, 2011.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basicacenso-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 20 jul. 2021.

G1. Greve nas federais faz 3 meses com impasse entre governo e professores, São Paulo, 17 ago. 2012. **G1.** Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/08/greve-nas-federais-faz-3-meses-com-impasse-entre-governo-e-professores.html>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MALANGE, Fernando Cezar Vieira; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; BARBOSA, Valci Aparecida. Políticas de expansão e democratização da educação superior: Um estudo de caso. In: Encontro de Pesquisa em Educação/CO - ANPED - FORPRED Centro Oeste, 12, 2014, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPED/FORPRED Centro Oeste, 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2021.

OLIVEIRA, Lívio Luiz Soares de. A interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 81-96, 2017.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs. **RETTA**, Seropédica, RJ, 2010, v. 1, n. 1, p. 89-108. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/Retta/N01-2010.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. 28 p. Natal: IFRN, 2010. ISBN 978-85-89571-68-5. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: Mudanças e continuidades. **Póesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010.

SILVA, Leonardo Thompson da. Política de educação e território: A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e suas escalas de ação. **I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do território**. Porto Alegre: Letra1, p. 654-665, 2014. Disponível em: <https://www.editoraleta1.com.br/anais-congeog/arquivos/978-85-63800-17-6-p654-665.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVA, Leonardo Thompson da. A política de expansão das instituições federais de ensino e seus aspectos locacionais no território brasileiro. In: V Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2015, Coimbra, Portugal. **V FORGES: Autonomia e os Modelos de Governo e Gestão das Instituições de Ensino Superior**. Coimbra, Portugal: FORGES, 2015. v. 01. p. 1-11.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

TAVARES, Moacir Gubert. **A constituição e a implantação dos Institutos Federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil: O caso do IFC - Câmpus Rio do Sul**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Ponta Grossa, 2014. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1167>. Acesso em: 10 ago. 2021.